

REGRAS PARA EMPRESAS DIREITOS PARA OS POVOS

PORQUÊ?

**MAIS DE 50 MILHÕES DE HECTARES
EM TERRAS USURPADAS
DURANTE OS ÚLTIMOS
10 ANOS**

‘O EQUIVALENTE À ÁREA TERRITORIAL DA ALEMANHA

**246 MILHÕES DE
CRIANÇAS
TRABALHADORAS
NO MUNDO TODO**

O QUÊ?

**800 ORGANIZAÇÕES
JUNTO AO CONSELHO DE
DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS
LUTANDO POR UM TRATADO**

COMO?

participe da Aliança pelo Tratado

@TreatyAlliance
@StopTNCImpunity

acione seu
governo

#stopcorporateabuse
#regrasparaempresas

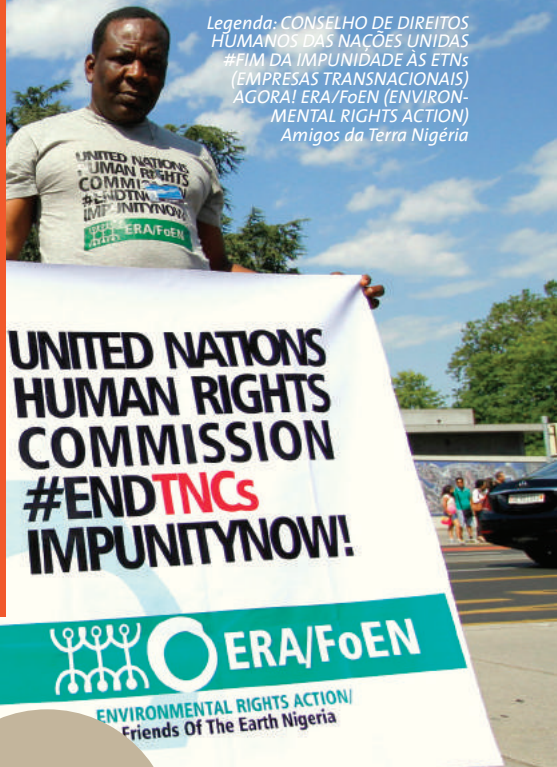
saiba mais
sobre isto

WWW.TREATYMOVEMENT.COM WWW.FOEI.ORG
WWW.STOPCORPORATEIMPUNITY.ORG

É TEMPO DE JUSTIÇA

As maiores empresas do mundo estão, continuamente, envolvidas em abusos aos direitos humanos. Em El Salvador, um homem é assassinado ao defender o próprio lar contra um projeto de mineração destruidor. Na Indonésia, centenas de pessoas são retiradas de suas terras para ceder caminho às plantações de palma (para produção de óleo). Como se não bastasse, muitos destes crimes permanecem sem punição, devido à corrupção dos sistemas de justiça locais, bem como ao fato de muitas corporações serem mais ricas e poderosas do que os países que buscam regulamentá-las.

Foto: Godwin Ojo, Amigos da Terra Nigéria, em frente ao palácio das Nações Unidas.



Legenda: CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS #FIM DA IMPUNIDADE ÀS ETNs (EMPRESAS TRANSNACIONAIS) AGORA! ERA/FoEN (ENVIRONMENTAL RIGHTS ACTION) Amigos da Terra Nigéria



Foto: Queima de gás (Flaring) na Nigéria

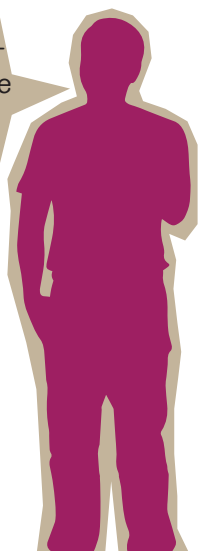
TOTAL IMPUNIDADE CORPORATIVA NA NIGÉRIA

“Todos aqui somos vítimas, nossas terras foram tomadas pela Total e estamos sofrendo.” Teresa Okadike, membro das comunidades Egi

Os danos sociais e impactos ambientais causados pela exploração dos campos de petróleo no delta do Níger são um real exemplo da injustiça da impunidade corporativa.

A empresa francesa petrolífera Total continua, até hoje, utilizando a prática altamente danosa da queima de gás de petróleo (*flaring*), mesmo tendo esta tornado-se oficialmente uma prática ilegal, desde 1984.² Vários membros de comunidades do clã Egi tiveram suas terras tomadas contra a vontade própria, enquanto outros não receberam qualquer indenização. Em 2010, duas pessoas morreram e um grupo foi ferido enquanto um protesto pelas Famílias Egi Produtoras de Gás e Petróleo - contra o descumprimento do memorando de entendimento assinado pela Total - foi violentamente suprimido.³

Precisamos de um tratado legalmente vinculante para regular as atividades das empresas



▲ FATURAMENTO ANUAL/PIB EM BILHÕES DE DÓLARES AMERICANOS¹

Em 2015 ocorreu um encontro histórico da ONU, visando estabelecer novas normas vinculantes às empresas, assim como trazer justiça para milhares de vítimas. Foi a primeira sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental (GTI), no qual membros de países pertencentes às Nações Unidas vão decidir sobre o escopo, conteúdo e formato para este novo Tratado de Direitos Humanos. De 24 a 28 de Outubro de 2016, o GTI terá sua segunda sessão em Genebra, com apoio e monitoramento da sociedade civil e dos movimentos em Aliança pelo Tratado, mobilizados a partir de cada um dos seus países e comunidades atingidas pelas Empresas Transnacionais (ETNs).



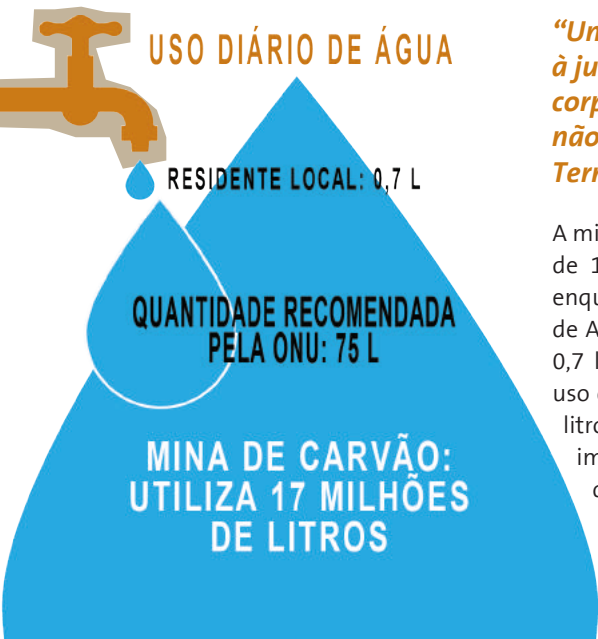
Foto: A mineradora Cerrejón e as covas sepultadas próximas à área da mina.



MINERADORA ANGLO-AMERICAN EXTRAI DIREITOS HUMANOS NA COLÔMBIA

A corporação transnacional Anglo American é uma das três acionistas do projeto El Cerrejón, juntamente com as empresas Glencore Xtrata e a BHP Billiton, em La Guajira (Colômbia), uma das maiores minas de exploração de carvão a céu aberto no mundo.

A mina exporta o mais poluidor dos combustíveis fósseis, bem como todos os lucros oriundos dele, deixando para trás a destruição social e ambiental. A Anglo American esconde-se através de códigos de Responsabilidade Social Corporativa voluntários, com o slogan “mineração responsável”.



“Um Tratado possibilitará o acesso à justiça para as vítimas dos abusos corporativos, onde a justiça ainda não chega.” Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil

A mina de carvão utiliza a incrível quantidade de 17 milhões de litros de água por dia⁴, enquanto um residente, nas proximidades de Alta Guajira, consome, em média, apenas 0,7 litros de água por dia – uma fração do uso diário recomendado pela ONU (50 à 100 litros).⁵ A poluição do Rio Rancheria tornou impraticável a caça, a pesca e a criação de animais para as comunidades locais, violando o seu direito à saúde, à água, a um ambiente saudável e o direito à própria vida em si.

Foto: Chied Atta Ebo, comunidade afetada pela Wilmar

WILMAR: DESTRUINDO VIDAS HUMANAS E FLORESTAS TROPICAIS

A Wilmar International, uma das maiores indústrias de óleo de palma no mundo, continua com suas práticas abusivas de desmatamento, invasão e posse forçada de terras, apesar das promessas em pará-las. Desde 2010, a Wilmar International adquiriu milhares de hectares em terras para o cultivo de palma, na Nigéria, destruindo meios de vida e sustento ao despojar comunidades locais.

“A auto-fiscalização voluntária pelas companhias e financiadores é totalmente ineficaz e insuficiente. Precisamos de regras vinculantes para responsabilizar tanto as companhias, quanto seus financiadores.” Anne van Schaik, Amigos da Terra Europa

Os principais provedores de empréstimo para a Wilmar International nos últimos cinco anos são: HSBC, Mitsubishi UFJ Financial, Sumitomo Mitsui Financial, Overseas-Chinese Banking Corporation e BNP Paribas.⁶ Muitos dos investidores norte-americanos e europeus da Wilmar adotaram critérios Ambientais, Sociais e de Governança voluntários, os quais deveriam preveni-los de investir em companhias implicadas em toma de terras e na destruição de florestas tropicais. Mesmo que políticas ou auto-regulamentações como estas tenham estado vigentes, já por mais de dez anos, financiadores encontram-se ainda envolvidos em tais práticas, ao promoverem serviços financeiros para companhias como a Wilmar.



Foto: Distrito de Pedras, em Mariana (MG), atingido pela lama da barragem de mineração da Vale e BHP Billiton



NÃO VALE: CRIME AMBIENTAL NO BRASIL

A tragédia anunciada pelo rompimento das barragens de rejeito da mineração de ferro da empresa SAMARCO em Mariana, em Novembro de 2015, deflagrou o maior crime ambiental da história do Brasil, de responsabilidade de suas acionistas: a Vale e a BHP Billiton.

A lama tóxica estendeu-se por mais de 500 km no Rio Doce, de Minas Gerais (MG) até a costa do Espírito Santo (ES), gerando situações de grave violação ao direito à vida, à água, à moradia, ao trabalho, à saúde e ao meio ambiente.

Meio ano depois, as barragens de rejeito continuam vazando e ninguém foi preso. Não foi dada solução para as comunidades atingidas, nem para a bacia do Rio Doce.⁸

Foram 17 mortos, 2 desaparecidos, 1265 desabrigados, 1249 pescadores afetados pela lama em MG e ES, 15 municípios perderam sua fonte principal de abastecimento de água, 35 cidades afetadas pela lama em MG e 4 no ES.

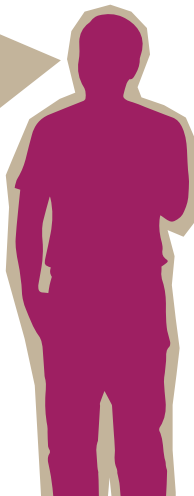


Foto: Muitas pessoas sofreram deslocamento forçado



NÃO VALE: VIOLAÇÕES E ACESSO À JUSTIÇA NEGADO EM MOÇAMBIQUE

A Vale foi eleita ao prêmio Public Eye de pior empresa do mundo, em 2011, por suas violações de direitos humanos, trabalhistas e ambientais pelo mundo afora.

Em Moçambique, ganhou em 2014 a concessão para explorar uma das maiores reservas de carvão mineral do mundo, em Moatize, onde iniciou sua produção em 2008.

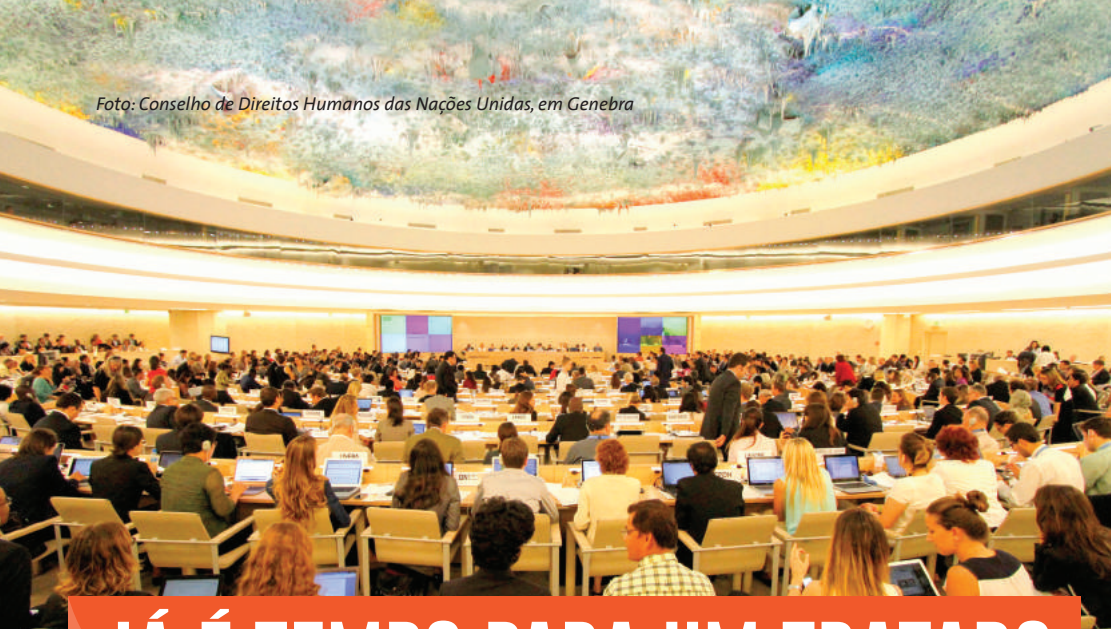
Cerca de 1.300 famílias foram obrigadas a se deslocar para abrir caminho para as minas. As moradias fornecidas para o re-assentamento foram construídas com goteiras e sem alicerce. Membros das comunidades afetadas tem sido ameaçados, perseguidos e assediados.⁹

No fim de 2011, o caso foi levando ao parlamento e, em 2013, à Justiça de Moçambique, que negou à Associação de Oleiros, moradores reassentados pela mineração da Província de Tete, seu direito legítimo de entrar com ação judicial como vítima das operações da Vale.

“Não podemos esperar que o sistema jurídico de nossos países, sozinhos, enfrentem a impunidade das transnacionais e ofereçam acesso a justiça e reparações a suas vítimas”

Daniel Ribeiro, JÁ! Amigos da Terra Moçambique

Foto: Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra



JÁ É TEMPO PARA UM TRATADO

PARA CONTRIBUIR E SABER MAIS À RESPEITO, BASTA ACESSAR TREATYMOVEMENT.COM & FOEI.ORG

NO CAMINHO PARA A MUDANÇA

1974

Estabelecimento da Comissão da ONU sobre Corporações

1990

ONU inicia a criação de um código de conduta para as ETNs

2014

ONU aprova resolução para avançar num Tratado vinculante sobre Transnacionais e outras empresas com respeito aos Direitos Humanos

2015

Primeiro encontro do GTI para a elaboração de um Tratado legalmente vinculante

2016

Março: Informe do GTI aprovado no Conselho de Direitos Humanos da ONU

Segunda sessão do GTI sobre o Tratado vinculante sobre Transnacionais e outras empresas, com respeito aos Direitos Humanos (de 24 a 28 de Outubro, em Genebra)

JUSTIÇA
PARÁ
TODOS

Em duas décadas, marcadas pelo avanço do neoliberalismo, a ONU reduziu o controle das ETNs a pactos voluntários de responsabilidade corporativa, como o Pacto Global (2000), os Princípios do Equador para instituições financeiras (2003) ou os Princípios Orientadores da ONU para Empresas e Direitos Humanos (2011).

Após décadas de dificuldades para comunidades no mundo todo, a idéia sobre corporações passarem a ser legalmente responsáveis por seus crimes, onde quer que ocorram, está, finalmente, tornando-se realidade.

O novo Tratado sobre Transnacionais e outras empresas em respeito aos Direitos Humanos tem o apoio de mais de 800 organizações, do Conselho de Direitos Humanos da Nações Unidas, do Vaticano e de vários outros governos, incluindo África do Sul, Indonésia, Índia, China e Equador.

Tradicionalmente, a Lei Internacional de Direitos Humanos foca-se na área dos estados e suas obrigações. O abuso aos direitos humanos oriundo de atividades trans-fronteiriças por corporações são a maior falha existente no direito internacional. Em nosso mundo globalizado, companhias operam dentro de diferentes jurisdições nacionais, e, com freqüência, permanecem isentas à prestação de contas. O Tratado visa solucionar as falhas existentes no direito internacional no que diz respeito à responsabilização das empresas, assim como trazer a justiça necessária para milhares de pessoas atingidas.

STOPCORPORATEIMPUNITY.ORG

Foto: Marcha contra a mineração, em El Salvador



ERROS CORPORATIVOS PROTEGIDOS EM EL SALVADOR

Os direitos das corporações são muito bem protegidos internacionalmente através de variados acordos internacionais legalmente vinculantes, como os acordos de livre comércio e de investimento, bem como processos de Solução de Controvérsias entre Investidor e Estado (Investor-to-State Dispute Settlement - ISDS). A ISDS capacita empresas estrangeiras a processar governos em troca de bilhões de dólares em tribunais privados e freqüentemente secretos, sempre que seus lucros sejam negativamente afetados por novas leis ou mudanças nas políticas públicas.

“Quando um país pode ser processado por uma corporação estrangeira por estar protegendo direitos humanos básicos - é preciso uma mudança fundamental.” Sam Cossar, Amigos da Terra Austrália



Em El Salvador, a companhia mineradora Pacific Rim - comprada pela australiana OceanaGold e acusada de abuso aos direitos humanos - está usando a ISDS para processar o governo em 301 milhões de dólares, após decisão do presidente em deixar de emitir licença ambiental para a mineração, diante dos reservatórios de água haverem sido poluídos.¹⁰ Durante protestos contra a mina, ativistas ambientais foram assassinados e famílias das vítimas permanecem, até hoje, lutando por justiça.



**Amigos
da Terra
Internacional**
www.foei.org

Justiça
econômica –
resistindo ao
neoliberalismo

A Amigos da Terra Internacional é a maior rede ambientalista no mundo, com 75 grupos membros e mais de dois milhões de membros independentes e patrocinadores ao redor do globo.

Nossa visão é de um mundo pacífico e sustentável, baseado em sociedades vivendo em harmonia com a natureza. Vislumbramos uma sociedade onde os povos sejam interdependentes e possam viver com dignidade, como um todo e de forma completa, onde a equidade e os direitos humanos e dos povos sejam respeitados. Uma sociedade construída com base na soberania e na participação dos povos.

Agradecemos àqueles que disponibilizaram as imagens: Victor Barro, Amigos da Terra Internacional; Lyda Fernanda, TNI; ERA-Amigos da Terra Nigéria, Joka Madruga, Movimentos dos Atingidos por Barragens - MAB / Terra Sem Males. Desenho: Somerset Bean. Versão em Português: Thiago Gallas e Anelise Schramm.

REFERÊNCIAS:

- 1 WorldBank, '100Top economies', 2010. See <http://siteresources.worldbank.org/INTUWM/Resources/WorldsTop100Economies.pdf>
- 2 FoE Europe 'Gas Flaring in Nigeria: wasting environment, wasting development, wasting life', 2011 See https://www.foeeurope.org/sites/default/files/publications/FoEE_FactSheet_Gas_flaring_Nigeria_0311.pdf
- 3 Bank Watch, AT & Partners, 'The reality of EU Energy security Policy-case of Nigéria', 2011
- 4 El Cerrejón, 'Plan de manejo ambiental Del proyecto Cerrejón central', 2000 e FoEI 'How Corporates Rule Part 4: Anglo-American', 2014. See: <http://www.foei.org/resources/publications/publications-by-subject/economic-justice-resisting-neoliberalism-publications/how-corporations-rule-part-4-anglo-american>
- 5 In July 2010, the UN General Assembly recognized the right of every human being to have access to sufficient water for personal and domestic uses. See: www.un.org/en/globalissues/water/
- 6 Jann Willem, 'The financing of Wilmar International', Profundo, 2013
- 7 New Internationalist, 'Land Grabs' March 2013 from Matrix database, 2013
- 8 <http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/> e <http://global.org.br/programas/justica-global-lanca-relatorio-de-inspecao-sobre-desastre-socioambiental-em-mariana/> e <http://especiais.g1.globo.com/minas-gerais/2015/desastre-ambiental-em-mariana/1-mes-em-numeros/>
- 9 FoEI 'How Corporates Rules Part 3: Vale', 2011. See: <http://www.foei.org/wp-content/uploads/2013/12/Vale-Case-for-web-Portuguese.pdf>
- 10 Amy Westervelt, the Guardian, Lawsuit against El Salvador mining ban highlights free trades pitfalls, 2015

www.foei.org

